

CONFERÊNCIA PARLAMENTAR SOBRE

“Inclusão no Ensino Superior” – 16 de maio de 2018

A **FNE - Federação Nacional da Educação** - é uma Federação de Sindicatos de professores e de outros trabalhadores, que exercem a sua atividade profissional no setor da educação, da investigação científica e cultural e da formação profissional, que nela livremente se filiem. Existe, pois, um interesse especial no nosso empenhamento numa questão como a da Inclusão no Ensino Superior, um setor onde a FNE tem vários Sindicatos que representam Professores e Funcionários.

A FNE entende que a Inclusão no Ensino Superior deve ser realizada em cada território do país para que os alunos possam estar perto das suas famílias e dessa forma terem o tão desejado apoio familiar. A ideia de que existe uma escola especializada para um determinado tipo de alunos a centenas de quilómetros não promove a inclusão no Ensino Superior. Trata-se pois **de dar às Intuições do Ensino Superior nos diferentes territórios do país as necessárias ferramentas para garantir aquilo que devem ser os princípios orientadores tais como os que são citados na proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2008**, recordando, os da:

- Educabilidade Universal;
- Equidade;
- Inclusão;
- Diversidade;
- Personalização;
- Flexibilidade;
- Autodeterminação;
- Envolvimento Parental;
- E o respeito pela vida privada dos estudantes.

Isto leva-nos à discussão dos recursos necessários para desenvolver a inclusão.

Desde logo os recursos humanos. É necessário preparar as pessoas que trabalham nos estabelecimentos do ensino superior para apoiarem a aprendizagem e o dia-a-dia dos alunos. Dirigentes, Docentes, técnicos especializados, assistentes operacionais e ainda membros de equipas multidisciplinares especializadas devem ser formados para lidarem com problemas tão diversos como os do domínio da visão, da educação bilingue, do apoio à aprendizagem, da adaptação das tecnologias para a informação e comunicação, da integração de alunos que são oriundos de grupos populacionais minoritários, entre tantos outros.

Por outro lado, muitas vezes estes alunos necessitam também de assistentes especializados que lhes assegurem a realização de tarefas do dia-a-dia que podem constituir, sem apoio, desafios que os levam a não vir à escola, como sejam: tomar uma refeição, ir à casa de banho, ter transporte para a escola, etc..

Devem também ser dados recursos materiais às escolas, aos alunos e às suas famílias. Falar de inclusão no ensino superior significa muitas vezes ter apoio médico, de enfermagem, de fisioterapia, mas também livros, *software* e *hardware* produzidos individualmente, meios de transporte adaptados, e tantas outras coisas que são muito mais caras quando comparadas com as dos estudantes que não têm este tipo de necessidades. **Assim, pensamos que o indexante de apoio social que pode ir até 3X o valor do IAS (428,90€) deve ser revisto.**

Por último, gostaríamos de realçar a necessidade de potenciar a relação destes alunos com a comunidade, durante a vida académica, mas também nos períodos de férias e na transição para o mercado de trabalho. Neste sentido, os **Centros de Recursos para a Inclusão** também podem ter aqui um papel importante no ensino superior e não devem desaparecer da vida académica de um determinado aluno apenas porque este ingressou no ensino superior.

Lisboa, 16/05/2018